



I Grupo Parlamentar I



## **Declaração Política | Plenário de Maio Intervenção Zuraida Soares**

Caminhamos para o fim da actual legislatura, na República. O Bloco de Esquerda considera importante que esta Assembleia reflita sobre o cumprimento das responsabilidades assumidas, pelo Governo da República, para com a Região Autónoma dos Açores.

Pretendemos que esta reflexão, por um lado, sirva de alerta para uma clara ausência de investimento do Governo da República, na nossa Região e, por outro, que ao longo dos 15 meses de legislatura que ainda temos pela frente, as consciências acordem para o défice existente.

Todos/as nos lembramos quando, no início da presente legislatura, António Costa, Primeiro-Ministro, visitava os Açores, assinava memorandos de intenções e apresentava um discurso, no qual a tónica era um virar de página, em relação ao período do governo PSD/CDS.

Todos/as nos lembramos do reiterar de tais propósitos, quando, por mais de uma vez, em plena campanha eleitoral das eleições regionais de 2016, se desdobrou em promessas, por várias ilhas dos Açores, assim ajudando o PS/Açores, na conquista da maioria que hoje detém.

Todos/as nos lembramos que, em Maio de 2016 - há, precisamente, dois anos - surgiu a promessa da constituição do Centro de Internacional de Investigação das Ciências do Mar, nesta cidade da Horta.

Deixemos, contudo, as promessas e vamos a questões mais concretas. Não de forma exhaustiva, obviamente, mas sem deixar de referir as questões mais relevantes.

Foi o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada erigido como um investimento de particular urgência, por ser palco de um grave atentado aos Direitos Humanos.

Ora, contraditoriamente com tal urgência e com tão grave atentado, o Governo da República assumiu que tal obra só veria a luz do sol, num prazo de 5 anos, no mínimo.



I Grupo Parlamentar I



Perguntamos: - Porquê um processo tão longo, para responder a uma situação considerada urgente e aviltante, por todos os intervenientes políticos e judiciais?

É claro que se fosse para salvar um banco, o dinheiro apareceria, na hora! Mas, não sendo este o caso, se atentarmos ao tempo necessário para o objectivo anteriormente referido, estamos perante um verdadeiro absurdo. De facto, sabendo que a ponte Vasco da Gama levou 3 anos a ser construída - de 1995 a 1998 -, impõe-se perguntar que complexidade suplementar terá a construção deste estabelecimento prisional, para demorar tantos anos?

Entretanto - e já lá vão dois anos! -, foram anunciadas obras de recuperação do EP de Ponta Delgada, no valor de 530 mil euros, obras estas (convém referi-lo) centradas nas fachadas exteriores. O minimalismo deste tipo de intervenção parece resultar mais da preocupação com o movimento turístico (para os hotéis da zona e para o Casino) do que da verdadeira razão que deveria presidir a esta obra, isto é, garantir direitos fundamentais a reclusos, guardas e demais funcionários. Mas, até mesmo estas obras, ainda não avançaram e, agora, a culpa é do Tribunal de Contas. Até parece que voltámos às forças de bloqueio!

E a mesma lenga-lenga - a do "vai ser desta!" - surge com o radar meteorológico de Santa Barbara; há mais de dois anos que estamos à espera da realização de uma obra, no valor de 1,4 milhões de euros; Há poucos meses atrás, foi anunciado que o concurso público para a sua construção passaria para Junho de 2018. E aqui está mais uma pergunta clara: - será verdade?!

É que não se trata de um luxo regional. Trata-se, isso sim (e segundo o Presidente do IPMA) de uma peça importante na segurança e protecção das populações, bem como do tráfego marítimo e aéreo.

Então, porque se arrasta há tanto tempo?

O Centro Tutelar Educativo é outra necessidade vital, reconhecida por todas as entidades e responsáveis, directamente ligados a esta área e unanimemente considerado da maior importância, para as nossas crianças e jovens. Porém, nesta matéria, nada de concreto existe, nem sequer uma promessa.



I Grupo Parlamentar I



E, já agora, a odisseia do avião cargueiro é para continuar? Como se pode pensar no desenvolvimento económico regional, sem esta ferramenta, sem uma solução estrutural? Também, nesta matéria, vivemos, há três anos, de indefinições e precariedade.

Também a insegurança, no que respeita ao subsídio de mobilidade, não descansa ninguém. A começar pela nota posta a circular, na comunicação social, pelo governo da República (há meses atrás) e cujo teor era de alarme. Somam-se a isto, as informações dadas pelo Governo da Madeira.

Tudo isto parece configurar restrições à mobilidade dos/as Açorianos/as. Mas, como o Governo Regional participa, no grupo de trabalho criado para este desiderato, será que nos pode elucidar sobre quais são as reais intenções do Governo da República?

Ao mesmo tempo, no que diz respeito a projectos estratégicos, 'a montanha acabou por parir um rato'. Se não vejamos:

- Para esconder que a promessa do Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar, na cidade da Horta, foi um bluff, um exercício de mera propaganda eleitoral, o Governo Regional, em parceria com o governo da República, veio atirar foguetes com o Air Center.

Tal como sempre disse o Bloco de Esquerda, o Air Center era, no máximo, um call center sofisticado e a festa apenas servia para esconder o incumprimento da promessa, feita na cidade da Horta.

Mas porque a vida é pródiga em nos pregar partidas e perante os factos cada vez mais claros, assistimos esta semana ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia a vir por água na fogueira das expectativas sobre o Air Center, contradizendo tudo aquilo que, há menos de um ano, foi anunciado.

E água na fervura também, quanto ao Centro Internacional da Horta, cuja viabilidade ficou entregue a zelosos funcionários políticos do Partido Socialista (obviamente, para uma gestão política do processo) mas cuja diminuta dimensão já está anunciada pelo mesmo Secretário Regional, não vá nós começarmos todos/as a sonhar com um Centro constituído por centenas de investigadores/as.



I Grupo Parlamentar I



É, aliás, evidente toda esta farsa, quando ouvimos, na passada semana, em plena Assembleia da República, as palavras da Ministra do Mar, com as quais clarificava que se opunha à alteração da Lei de Bases do Ordenamento Marítimo, concedendo, quanto muito, alguma alteração de pequena extensão. Ah! E tudo numa lógica maternalista, no que diz respeito às autonomias.

No fundo, nada disto surpreende, vindo (como vem) da mesma pessoa que coordenou o grupo de trabalho que produziu a Lei de Bases do Mar. De facto, para que precisam os Açores de um Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar, se a gestão do mar, nos Açores, é para ser feita no Terreiro do Paço?!

Mas o que nos surpreende - e muito! - é que tudo isto se passe, com a complacência (se não mesmo, a concordância) do Governo Regional e do Partido Socialista dos Açores.

Não basta que o Governo da República cumpra a Lei de Finanças Regionais, como é sua obrigação. É necessário que seja coerente com a análise que fez desta mesma lei - quando na oposição - e a considerou anti-autonómica. Ou seja, é necessário que a altere.

Esta política de lindas e generosas palavras e poucos ou nenhuns actos não pode continuar e a Região Autónoma dos Açores tem de dizer, alto e bom som, "Basta!"...de promessas, de prazos, de farsas, de investimentos e de juras de amor, sempre e sempre e sempre adiados.

Horta, 16 de maio de 2018